

Mudanças fundamentais na Estrutura de Financiamento Brasileira nos anos 90: alteração de propriedade e continuação da lógica especulativa

**Vanessa Petrelli Corrêa
Niemeyer Almeida Filho**

Resumo: O tema de nosso trabalho versa sobre a análise da mudança de configuração da estrutura de financiamento nacional, especialmente no que tange ao mercado de crédito. Nossa hipótese é a de que as alterações que ocorrem nos anos 90 (abertura financeira, mudança de propriedade, maior articulação entre o mercado de crédito e o de capitais) são significativas o suficiente para indicar uma mudança na configuração da estrutura de financiamento nacional, especialmente no que tange à atuação dos capitais externos. Porém, destacamos que esta nova configuração preserva aspectos constitutivos da estrutura anterior, sobretudo no que se refere à limitação da alavancagem interna de recursos para financiar o investimento e ao perfil especulativo do sistema.

Introdução

O tema de nosso trabalho tem a ver com a análise da configuração da estrutura de financiamento nacional. Esta análise é especialmente importante num momento em que há evidências de uma alteração no tipo de propriedade das empresas que atuam na intermediação financeira e um crescimento do papel do mercado de capitais na alavancagem de recursos para as empresas, via lançamento de títulos de dívida direta. Esta alteração está articulada à idéia de que, sanada a “problemática do déficit público” e com ela a da inflação, bastaria um reordenamento interno do mercado financeiro (mercados de crédito e de capitais), articulando-o aos mercados internacionais, para que as condições de financiamento se reestabelecessem. Nestes termos, assiste-se nos últimos anos a um processo de liberalização financeira que facilita o ingresso e a saída de recursos via mercado de capitais e que também afeta o processo de ajuste no mercado de crédito, que acaba por estabelecer uma diminuição no total dos recursos ofertados e multiplicação dos ganhos auferidos pelo setor, a despeito da queda do ganho via *floating*.

Passados seis anos de implementação da Reforma Monetária e sedimentados os efeitos da abertura comercial e financeira é possível uma avaliação, em primeira aproximação, dos possíveis impactos destas mudanças sobre a problemática da alavancagem de recursos no Brasil. Vários estudos têm sido realizados com o intuito de verificar as principais modificações que estão se processando, especialmente no mercado de créditos (FREITAS, 1999; PUGA, 1999; De PAULA, 1998; TEIXEIRA, 1998; VASCONCELLOS et alii, 2000). Consideramos que é preciso contextualizar e hierarquizar as alterações que vêm se processando, de forma a identificar quais

aquelas que representam **mudanças estruturais**, afetando efetivamente a natureza da estrutura de financiamento e quais delas consistem apenas em **alterações institucionais**, que afetam apenas o desenho do mercado, mas não sua forma básica de atuação. Nossa hipótese é a de que as alterações que ocorrem nos anos 90 são significativas o suficiente para indicar uma mudança na configuração da estrutura de financiamento nacional, especialmente no que tange à atuação dos capitais externos e à relação existente entre mercado de crédito e mercado de capitais. Porém, destacamos que esta nova configuração preserva aspectos constitutivos da estrutura anterior, sobretudo no que se refere à limitação da alavancagem interna de recursos para financiar o investimento e ao perfil especulativo do sistema.

Para mostrar alguns destes elementos, concentraremos-nos, neste artigo, na mudança da configuração do Sistema de Crédito, deixando para outros trabalhos a investigação dos novos movimentos do Mercado de Capitais Nacional. Para explanar o que pretendemos, na primeira seção, mostramos as características básicas da Estrutura de Financiamento Nacional, que prevaleceram até o final dos anos 80. A intenção é estabelecer uma referência quanto às características estruturais do Sistema Financeiro Nacional, para então aferir a intensidade das alterações que ocorrem a partir do final da referida década. Na segunda seção, tratamos das alterações efetivadas a partir do final dos anos 80 e aprofundadas com o Plano Real. Esta seção terá um caráter de maior detalhamento conjuntural do que a anterior, que tem como objetivo traçar as características do sistema, sem apresentar dados mais detalhados. Após esta discussão, procederemos à conclusão que procura avaliar em que medida as alterações decorrentes da estabilização monetária e abertura comercial e financeira caracterizam uma nova estrutura de financiamento para o país.

1- Características da Estrutura de Financiamento Brasileira que resultam da Reforma da década de 60

Com a Reforma Monetário/financeira implementada no final da década de 60 e o processo de fusões implantado logo a seguir, o desenho da Estrutura de Financiamento Nacional se completa, sendo que suas características básicas e seu desenho institucional permanecem basicamente os mesmos até o final dos anos 80.

Com a referida Reforma Financeira a Estrutura de Financiamento se amplia e se moderniza. Da parte do Sistema de crédito são criadas novas formas de alavancagem de recursos para a construção civil (via Sistema Brasileiro de Poupança

e Empréstimo), de financiamento às famílias (via consolidação das financeiras) e de financiamento agrícola (através do Sistema Nacional de Crédito Rural). No que tange ao financiamento do investimento, se estabelecem regulações no sentido de incentivar o desenvolvimento do mercado de capitais, com o intuito de que este tivesse uma estreita ligação com os Bancos de Investimento.

São criados também novos títulos de dívida, capazes de atrair os detentores de capital, dentre os quais, os títulos públicos pós fixados (cambiais e com correção monetária), sendo que o sistema passa a trabalhar com vários tipos de contratos, com diferentes indexadores. Por outro lado, a introdução de novos títulos públicos no mercado, dá a base para o financiamento do Estado.

Houve, ainda a criação de novos instrumentos de captação, compulsórios e não compulsórios, que permitiram o financiamento à agricultura, à construção civil, aos bens de consumo durável. No que tange ao financiamento do investimento e da infra estrutura, apesar da proposta da Reforma de que estes fossem alavancados via Bancos de Investimentos, este continuou se dando baseado no crédito e a partir de um banco de desenvolvimento público: o BNDES que trabalha via captações compulsórias (inicialmente pela continuidade da captação de adicionais do Imposto de Renda e, posteriormente, através do PIS/PASEP que, nos anos 80 se transformou em FAT)

A partir daí, destacamos como características da Estrutura de Financiamento Nacional:

- a alavancagem básica se dá no mercado de créditos, sendo que o mercado de capitais nunca chegou a deslanchar;

- o mercado de créditos é altamente concentrado, tendo os bancos comerciais nacionais à frente e formando grandes conglomerados financeiros. Os intermediários financeiros privados trabalham essencialmente no curto prazo, sendo que os Bancos Nacionais dominam o mercado e o Estado assume toda a parte de alargamento de prazos, a partir de captações compulsórias;

- Há uma forte interrelação com os capitais externos. Os bancos internacionais operam apenas marginalmente no Sistema Financeiro Nacional, mas o ingresso de capitais via Resolução 63 é uma forma de captação de recursos fundamental para o Sistema Bancário Nacional, que se utilizará sobremaneira da liquidez dos mercados internacionais de capital dos anos 70, como uma fonte de recursos que serão ofertados como crédito de curto prazo com correção cambial;

- A lógica do sistema é a de obter grandes ganhos extra-intermediação, trabalhando-se com diversos tipos de indexadores, sendo que esta perspectiva é extremamente instável. Esta estrutura se mostra viável, tendo em vista o esquema de solidariedade entre capital privado e Estado, na medida em que este último assume o ônus das perdas que se apresentam quando há uma mudança na lógica dos indexadores (quando ocorre uma maxi-desvalorização, por exemplo). Neste contexto, deve ser salientado que a relação entre os intermediários financeiros públicos e privados não é de competição, mas de complementaridade;

- Tendo em vista a possibilidade de rentabilidade fácil via ganhos inflacionários e pelo poder da estrutura concentrada, o Sistema Financeiro Privado oferta créditos garantido pelo ganho obtido com a inflação. A grande rede de distribuição de agências faz parte deste arranjo, ao permitir o máximo de captação de depósitos não remunerados em situação de inflação. A expansão do crédito se dá via garantia de altos *spreads*, cobrando-se juros reais positivos, não se configurando como uma operação mais arriscada. Tendo em vista esta estrutura, a inflação destaca-se enquanto mecanismo capaz de gerar grandes ganhos especulativos, sendo que esta questão interfere na forma operacional de atuação dos intermediários financeiros privados nacionais. Estes dominam o mercado e acabam trabalhando a partir da consolidação de uma ampla rede de distribuição de agências com altos custos operacionais, mais do que superados pelos ganhos inflacionários. Neste sentido, os altos custos incorridos não podem ser considerados como uma inconsistência, pois a grande rede de agências é garantidora de ganhos vultosos para o setor, que não precisa assumir qualquer risco mais forte e trabalha apenas ofertando financiamentos de curto prazo mais curto.

A partir desta configuração, a estrutura de financiamento completada com a Reforma opera sua função de intermediação e oferta diversificada de créditos, especialmente no período de retomada e do Milagre Brasileiro, fundada em arranjos financeiros com forte relação de dependência de recursos externos. Toda a parte mais complexa de alavancagem de recursos é feita por bancos públicos, através de captações compulsórias.

Já no final da década de 70 podemos perceber o movimento de desarticulação desta estrutura, desde o momento em que começa a se problematizar a questão da liquidez dos mercados financeiros internacionais. Quanto a este aspecto, precisamos retomar a articulação da economia com os capitais externos e destacar que um aspecto

basilar do desenho da Estrutura de Financiamento Nacional está relacionado à especificidade da **inserção internacional** do país, estabelecida a partir de conjunturas externas extremamente favoráveis. Estas condições possibilitaram a consolidação de uma inserção de natureza extremamente frágil, mas que tem um peso fundamental na alavancagem de recursos.

Nesta esteira, justamente as condições favoráveis dos mercados internacionais permitiram que algumas contradições do nosso desenvolvimento, dentre as quais a da fragilidade do financiamento, fossem jogadas para a frente, via crescimento econômico, pelo menos até o início dos anos 80. Na verdade, a inserção internacional que estabelece a entrada de capitais externos via créditos ofertados internamente através de um lucrativo esquema de repasses (internos e externos) é um dos elementos a contribuir para o estabelecimento de "não-transformações" no padrão de desenvolvimento e a permitir que continuassem se estabelecendo relações financeiras centradas numa articulação com o mercado financeiro internacional extremamente frágil e sujeita a fortes instabilidades, uma vez que centradas em vários tipos de indexadores e dependente do ingresso de capitais que trabalham, cada vez mais, a partir de arranjos financeiros especulativos.

A garantia solidária do Estado, que assumiu o ônus das perdas do Setor privado em momentos de desajustes, aliada a movimentos favoráveis do capital externo cunharam esta determinada organização institucional que permaneceu até os anos 80.. Mesmo quando ficava claro que o capital externo tomava outro rumo e que o Estado estava inexoravelmente quebrado, foram estes elementos que levaram a um quadro de "não modificações" na estrutura de financiamento, permitindo a manutenção da lógica inflacionário/especulativa.

Os anos 80 se caracterizam como um período de baixo crescimento, mas de grandes ganhos especulativos. Do lado da Estrutura de Financiamento Nacional já podemos verificar algumas indicações de mudança estrutural, sendo que a principal delas diz respeito ao papel do capital estrangeiro.

Até os anos 80 ele entrou no país, principalmente via crédito (lei 4131 e Resolução 63) e foi importante elemento de passivo dos bancos comerciais brasileiros. No início dos anos 80 a reversão do movimento dos capitais internacionais gera impactos sobre a estrutura dos Intermediários Financeiros Nacionais. No entanto, o que queremos destacar é que, apesar da indicação de mudança de direção do capital internacional, não há uma modificação efetiva no

Sistema Financeiro Nacional. O que ocorre é que o ajuste dos intermediários financeiros se dá na "linha de menor resistência": reduzem seus empréstimos e exacerbam a dimensão especulativa. Em uma década verificou-se praticamente uma estagnação no tamanho do ativo/passivo dos bancos comerciais privados sendo que, ademais, altera-se a qualidade dos ativos.

Em termos da estrutura de captação dos Bancos Comerciais, nos primeiros anos da década de 80, a estrutura foi sustentada pelos repasses (Tabela I). Até 85 vemos um aumento das operações de repasses, destacando-se os repasses externos ainda que captados em piores condições por conta da crise da dívida externa . A partir daí, no entanto, estas obrigações também caem. De meados da década em diante, tendo em vista a dificuldade de captação de recursos externos e das dificuldades financeiras do Estado, os repasses externos e internos (dos Bancos Oficiais) ficam problematizados.

A estrutura de captação passa a apresentar problemas, pois paralelamente à problematização dos repasses, os depósitos de terceiros sofreram uma queda brutal. Para se ter uma idéia, em 1970 os depósitos à vista correspondiam a 12,9% do PIB, sendo que em 1980 este valor já havia caído para 7,4%. Tendo em vista o crescimento acelerado da inflação, este valor chega a 1,6% do PIB, em 1991 (Boletins do Banco Central).

Tabela I Balancete Consolidado dos Bancos Comerciais Privados - Passivo
participação dos itens no total

Itens	Depósitos				déb. AM	Repasses (1)	Oper. Camb. (2)	Rec. Próprios	Rep. int + Rep. ext.
Períodos	à vista	à prazo	outros	Total					
78	32,7	10,7	3,0	46,4	5,4	3,3	26,3	1,6	29,6
79	31,5	10,0	3,9	45,4	4,2	3,2	32,2	1,1	35,4
80	30,9	6,9	3,4	40,8	4,6	3,0	36,1	1,1	39,1
81	23,8	6,8	2,8	33,4	5,0	2,6	42,0	2,9	44,6
82	18,9	8,6	3,2	30,7	4,6	3,1	42,9	2,0	46,0
83	11,6	9,7	2,2	23,5	2,6	1,9	56,2	2,6	58,0
84	9,7	15,7	2,5	27,8	0,8	1,3	53,0	1,8	54,3
85	13,6	20,6	3,2	37,4	1,0	1,3	40,8	2,6	42,0

fonte: Boletins BACEN - Vários anos

1. Responsabilidades junto a entidades financeiros oficiais: BNH, FINAME, FIPEME e outros.
2. Corresponde, em nossa classificação, a repasses externos, entram aí os vinculado à Resolução 63 e outros.

Tabela II - Balancete Consolidado dos Bancos Comerciais Privados - Ativo
participação de cada item no total

itens anos	encaixe	Empréstimos			Op. cambial	I. em títulos		
		set. pub.	set. priv.	Total		de G. (1)	outros	Total
78	16,7	1,1	52,9	56,3	11,5	0,6	2,9	3,5
79	13,6	3,3	49,5	54,3	14,6	2,0	1,2	3,2
80	11,8	4,5	43,7	52,1	14,5	5,9	1,9	7,8
81	9,9	6,6	38,0	48,6	15,9	6,8	2,4	9,2

82	8,1	7,9	35,9	46,7	14,7	9,4	4,3	13,7
83	4,3	12,0	25,3	40,3	22,8	6,2	2,8	9,0
84	6,7	10,6	27,4	42,2	20,9	5,3	2,0	7,3
85	6,2	11,3	35,9	50,2	12,0	7,2	3,2	10,4

fonte: Boletins do BACEN - Vários anos

(1) Compreender ORTN, LTN e Títulos Estaduais e Municipais

Paralelamente, do lado do ativo também se verificam ajustes. Apesar de as operações de crédito ainda se apresentarem como a principal conta, os empréstimos não se expandem. Do lado dos Bancos Comerciais Privados podemos ver claramente o movimento de estagnação do setor financeiro. Nos anos 80 eles se ajustam e apresentam elevada taxa de rentabilidade, apesar da recessão mas se estabelece, paralelamente, a estagnação dos empréstimos. Verificamos que há uma redução do crédito em termos reais (exceção dos anos 85 e 86) e que as operações ativas se distanciam da dominância exclusiva deste tipo de operação. Estas vão concentrar-se, de forma crescente, em várias outras modalidades, com destaque para a carteira de títulos e dos depósitos em moeda estrangeira junto ao Banco Central (entre 85 e 86) (Tabela II).

Observe-se que parte deste movimento não era devidamente detectado na análise dos balanços bancários (nem do lado do ativo, nem do lado do passivo), uma vez que até 88 parte das operações com títulos públicos não era contabilizada. No entanto, a captação efetuada através de fundos funcionava como se fosse um depósito com 100% de compulsório. Estes recursos eram direcionados para a compra de títulos públicos com a cláusula de recompra, que permite o financiamento da compra destes títulos para os Bancos. Os fundos, por sua vez, recebiam o rendimento do *over-night*. Assim, as instituições financeiras compram títulos emitidos pelo Tesouro e financiam esta carteira com recursos captados junto ao público.

A partir deste mecanismo verifica-se então uma triangulação na colocação de títulos de dívida pública: O Governo como o captador de recursos a juros reais, o intermediário financeiro ganhando vultosos *spreads*, praticamente sem risco e o aplicador com liquidez e juros reais. Este mecanismo foi, por fim, explicitado pela colocação da indexação financeira.

Em termos de um balanço dos anos 80, verificamos que houve uma mudança paulatina na composição operacional dos intermediários financeiros. Quanto aos intermediários privados, especialmente os bancos comerciais, já nos anos 70 começou a estratégia de ajuste rumo a captações alternativas em especial a repasses, em detrimento aos depósitos, tradicional forma de captação bancária. Ademais, a

atividade de geração de liquidez foi também facilitada pela forma específica como são feitas as operações com títulos do Governo. Estas características se exacerbam na década de 80, sendo que as mudanças na estrutura de captação, que já se desenhavam desde o final da década de 70, se aprofundam aí.

O nosso destaque vai para o fato de que estas são apenas modificações de operacionalidade dentro do sistema bancário: a inflação continua sendo elemento fundamental de ganho do sistema, que exacerba sua órbita especulativa em detrimento da expansão dos empréstimos, garantido grande ganho para o setor. Não há qualquer modificação na configuração do Sistema Financeiro, ainda que os capitais internacionais tenham indicado uma mudança de estratégia.

Assim, cresce o processo de especulação e se exacerba a circulação financeira como demanda da própria concorrência privada, que requereu o dinheiro financeiro de emissão ou de garantia do setor público. Observamos, desde o final dos anos 70, um movimento rumo a uma nova composição operacional por parte dos intermediários financeiros, que indicou, a nosso ver, não uma reforma do sistema, mas um ajuste. A indicação de que as modificações não são estruturais é percebida na medida em que continua se exacerbando a sua dimensão especulativa, em que o Estado assume o ônus das perdas nos momentos de desajustes e em que o sistema continua indo cada vez mais para o curto prazo, inexistindo qualquer mudança organizativa na estrutura de financiamento.

A continuidade deste arranjo institucional tem um papel fundamental na explicitação do desmantelamento desta estrutura como um todo, na medida em que o setor financeiro privado tem condições de se ajustar facilmente às novas conjunturas que se apresentam, cabendo ao Estado o ônus de tal ajuste.

2- As alterações empreendidas pelo Plano Real - a configuração de uma nova estrutura de financiamento?

2.1- O crescimento da concentração e a entrada de bancos estrangeiros

Em termos do desenho institucional do setor bancário, a Reforma Financeira de 1988 permitiu o ingresso de novos bancos no mercado, por facilitar a emissão de cartas patente e legalizou os bancos múltiplos que, de fato, sempre operaram no mercado. Como tal, esta reforma, apesar de gerar um crescimento momentâneo de matrizes, não afetou, o desenho geral do Sistema Bancário. Durante todos os anos 80

e até o início dos anos 90 o desenho do Sistema permaneceu basicamente o mesmo e a sua lógica operacional continuou privilegiando as já citadas operações especulativas, sendo que vários dos novos bancos que entraram no mercado o fizeram essencialmente para funcionar como mercados de balcão e ganhar com os ganhos de *floating*.

O ajuste que se deu já a partir de 1995 foi no sentido do crescimento da concentração, tanto medida pela captação de recursos, quanto de empréstimos efetuados, que se concentraram majoritariamente em um pequeno número de bancos. Alguns estudos já estão indicando este movimento. O crescimento da concentração ocorre pela via da transferências de controle, incorporações, cancelamentos e liquidações, resultando na diminuição do número de instituições financeiras e alterações no tipo de controle patrimonial.

Sem dúvida, o movimento atual é de maior competitividade, no sentido de que os bancos de menor porte têm maior dificuldade de se manter no mercado, se acirrando o movimento de busca de clientes diferenciados e de queda de custos. O número de bancos que vinha crescendo desde 1988 já apresentou uma queda, indicando um novo momento de adaptação para o setor, que vai no sentido de uma onda de desaparecimento de bancos, fusões e incorporações. Para se ter uma idéia, no fim de 1995, 14 bancos já haviam sido liquidados. Este processo de reestruturação foi incentivado por dois Programas implantados pelo Governo para ajudar no ajuste do Sistema Bancário: o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), além do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

A partir destes Programas, em que o Estado arca com o ônus do ajuste e do próprio movimento de encerramento de bancos que não conseguiram se ajustar, começa a se delinear uma nova conformação para o sistema, havendo um movimento de fusões de bancos. O movimento de redução na quantidade de sedes até 1998 pode ser comprovado pela Tabela III, sendo que se verifica também uma queda paulatina no número de agências.

TABELA III- Número de empresas do SFN, segundo os segmentos:

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998	Variação
Bcos Coms. E Cxs Econômicas	35	37	40	36	31	-11,43%
Bancos Múltiplos	209	203	192	180	174	-16,75%
SCTVM	285	271	255	202	193	-32,28%
Bancos de Investimento	17	16	23	22	21	+23,53%
SDTVM	374	329	283	236	218	-41,71%

Total:	920	856	793	676	637	-30,76%
--------	-----	-----	-----	-----	-----	---------

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Conjuntura Econômica - Nov/98.

No que tange à concentração bancária, a pesquisa Ranking FGV de Bancos, analisando a rentabilidade de 194 bancos comerciais e múltiplos para o ano de 95, verificou que se mantinha a concentração do mercado, que ficava refletida no fato de que 25 bancos detinham 81% do ativo total da amostra de 194 bancos considerados na pesquisa. Como resultado de todo este processo, de 1994 até 1998, 97 instituições do setor haviam sido liquidadas (SISBACEN).

Cabe destacar que no período de 1.994 a nov/98 o número total de bancos operando no país foi reduzido de 261 para 225, uma queda que foi mais pronunciada no segmento dos bancos múltiplos, que diminuíram de 209 para 174 instituições, ou seja, cerca de 17% (Tabela III).

Ademais do movimento de crescimento da concentração bancária destaca-se como um dos componentes deste processo a crescente desnacionalização dos ativos bancários, com a entrada dos bancos estrangeiros. Isto, a nosso ver, é um dos fatores que indicam a existência de alterações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

A concentração do sistema não é novidade. O fato novo se refere à mudança da propriedade do Sistema Bancário, numa conformação distinta da que vigorara desde os anos 30.

No que tange aos bancos públicos, o destaque da mudança de composição vai para os bancos estaduais, que praticamente estão deixando de existir. Passaram ou estão passando por processo de privatização, ou mesmo por processo de transformação em agência de fomento. O Quadro I nos dá idéia deste quadro no final do ano de 2000.

Quadro I - Bancos Comerciais estaduais. (Posição de outubro de 2000)

Privatizados		Em processo de transformação em agências de fomento	
	Estado	Banpará	PA
Beneb*	BA	<i>Liquidados ou em liquidação</i>	
Bemge**	MG	Banacre	AC
Bandepe***	MG	Produban	AL
Crediareal*	PE	Banap	AP
Banerj**	RJ	Bemat	MT
<i>Em processo de privatização</i>		Bandem	RN
BEA	AM	Beron	RO
BEC	CE	Banco de Roraima	RR
BEG	GO	Com a mesma estrutura de capital	
BEM	MA	Banco de Brasília	DF
Praiban	PB	Banestes	ES
BEP	PI	Banrisul	RS
Banestado	PR	Banese	SE
Besc	SC		
Banespa	SP		

Fonte: Gazeta Mercantil, 18/10/00, p. B-3.

*Controlado pelo Bradesco

** Controlado pelo Itaú

***Controlado pelo Real

Alguns trabalhos publicados nos últimos 2 anos já vêm descrevendo de forma detalhada o processo de ingresso dos Bancos estrangeiros (FREITAS,1999; PUGA,1998; MENDONÇA DE BARROS, 1997; CORAZZA, 2000), não sendo este o nosso propósito no presente artigo. No momento queremos apresentar os dados que nos permitem destacar que este processo levou a uma mudança na composição da propriedade dos bancos no Brasil: um crescimento da participação de Bancos Estrangeiros e uma perda de participação dos Bancos Oficiais.

Tabela IV - Participação das instituições no patrimônio da área bancária (%).

Tipos de bancos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	06/99
Bancos com controle estrangeiros	07,28	09,57	13,08	10,29	14,29	21,86	25,91
Bancos privados	48,23	55,63	49,21	55,32	51,82	49,75	45,71
Bancos públicos (+ cxs estaduais)	15,02	11,06	12,41	12,40	11,49	11,35	11,26
Caixa Econômica Federal	04,04	05,27	12,04	08,85	09,09	05,42	05,30
Banco do Brasil	24,93	17,76	11,82	11,87	11,76	10,03	10,13
Cooperativas de Crédito	00,50	00,71	01,44	01,27	01,55	01,59	01,69

Fonte: Gazeta Mercantil - Pag. B-2 de 20/01/2.000.

No que diz respeito ao patrimônio das instituições sobre o total da área bancária, podemos verificar que os bancos estrangeiros mantiveram um crescimento constante, sendo que em 1999 eram responsáveis por 25,9% do mesmo (Tabela IV). Cresce a participação dos mesmos também em termos do número de agências e a Tabela V nos mostra o crescimento da rede de agências dos bancos com controle estrangeiro. No que tange ao controle das sedes, o segmento de estrangeiros, em seu conjunto já detinham 37,61% das sedes do Sistema Bancário Nacional .Um fato importante a observar é que a busca de maior poder de mercado inerente a se trabalhar em ambientes altamente concentrados coloca-se como importante num momento em que se perdem os ganhos com o *floating* e em que se coloca a possibilidade de uma maior concorrência bancária, exacerbada pelo crescimento da entrada de bancos estrangeiros.

Tabela V – Agências: bancos com controle estrangeiro*

Data	Bancos Estrangeiros	Total do Sistema	% de participação
1988	247	16.228	1,52
1993	384	17.972	2,14
1994	378	18.760	2,01
1995	360	17.798	2,02
1996	403	16.686	2,42
1997	1.610	16.383	9,83
1998	2.395	16.060	14,91

Fonte: Cadinf –Deofr/Copec. Retirado do Site do BACEN.

* Em termos das definições estabelecidas pelo BACEN, são considerados bancos com controle estrangeiro, aqueles cuja maioria do capital votante pertence a instituições bancárias sediadas no exterior. Seguindo esta classificação; são considerados bancos estrangeiros as filiais de bancos sediados no exterior e bancos com participação estrangeira aqueles em que os bancos sediados no exterior participam do capital votante sem se constituírem como maioria (de 10 a 50%). O total de bancos estrangeiros corresponde à somatória das 3 modalidades.

Estes, dada a abertura do mercado de capitais, o processo de privatizações e as perspectivas de negócios na área de financiamento e de infra-estrutura, foram atraídos pelas grandes possibilidades de negócios e dos lucros que poderiam auferir: com a administração de recursos de investidores institucionais estrangeiros; com a estruturação de operações de privatizações e *project finance*; com o lançamento de ações e títulos brasileiros no País e no exterior e com a assessoria nos processos de reestruturação de empresas brasileiras (FREITAS,1999).

Outro fator que atraiu o interesse das instituições financeiras estrangeiras foi o potencial de crescimento que o setor de varejo brasileiro apresenta, dado que a relação entre o número de contas bancárias e o tamanho da população é ainda baixa, se comparada a outros países.

Assim, podemos perceber que o Brasil está passando por mudanças em seu Sistema Financeiro, com maior concentração e ingressos de bancos estrangeiros, desregulamentações internas, maior relação com o mercado de capitais. Os que são a favor da entrada das instituições estrangeiras afirmam que estas instituições podem ajudar a reduzir os elevados custos bancários no Brasil. Isso se daria através da forte concorrência que estas instituições imporiam dada a maior eficiência operacional e capacidade financeira detidas pelas mesmas. Afirmam ainda que essas instituições trazem novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços ao mercado brasileiro podendo oferecer um melhor serviço a um menor preço e com maior eficiência.

A abertura do sistema financeiro aos bancos internacionais está, na verdade, dentro de uma lógica de desregulamentação de mercado e abertura financeira, e quem defende a entrada destes bancos afirma que essas instituições, por atuarem no mercado global, poderão atrair capital e ingresso de aplicações direta, além de ajudar na adaptação do setor financeiro para que este torne mais sólido e estável, capaz de financiar uma economia com baixa inflação e voltada para a integração internacional. Nessa lógica, o ingresso dessas instituições promoveria a modernização e consolidação do Sistema Financeiro Nacional, beneficiando o setor produtivo e o comércio exterior e inclusive alargando prazos e montantes de empréstimos.

2.2- A lógica operacional do sistema

No final dos anos 80 até o início dos anos 90, a economia brasileira apresentava um acentuado processo inflacionário, coexistente com generalizada indexação e o Sistema Financeiro agia em consonância a esta realidade. Grande parte da lucratividade vinha de prática de *float*, sendo que as operações de crédito se concentravam no curto prazo e passavam a ser cada vez menos importantes no total do ativo.

Tabela VI- Bancos Múltiplos privados – Principais contas do Ativo e sua participação sobre o total

Ativo	Dez 1994	Dez 1995	Dez 1996	Dez 1997	Out. 1998
Disponibilidades	0,6	1,1	0,7	0,7	0,7
Dep. Comp.	9,0	5,3	4,6	8,4	5,0
Oper. Int. Com.	1,2	5,5	(1,3)	1,8	1,7
Tít. e Val. Mob.	15,8	12,6	19,4	19,7	24,9
.Tít. Pub	5,4	7,0	16,4	15,3	16,4
.Outros Tit.	10,4	5,7	3,0	4,4	8,6
Op. De Créd	46,6	44,1	45,1	41,2	34,9
HaverExternoCp	3,5	3,3	3,7	3,4	3,0
Op. Cambiais	9,7	10,9	9,8	8,6	12,3
Permanente	11,9	12,4	13,0	12,6	14,4
.Investim.	7,9	8,5	9,8	10,1	12,2
Outras	1,6	4,8	5,1	3,6	3,1
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir do Boletim do BACEN (Suplemento Estatístico)

Em 1994, depois da implementação do Plano Real, a inflação caiu drasticamente e a estabilização da moeda interfere diretamente na forma de operação dos bancos. Como já ocorrera no período imediatamente posterior ao Plano Cruzado, em momento de queda da inflação e de queda do ganho de *floating*, os bancos se ajustam rapidamente, via expansão do crédito de curto prazo. A partir deste processo de ajuste pode-se perceber que, em 1994, as operações de crédito já representavam 46% do ativo dos Bancos Múltiplos Privados (Tabela VI).

Ademais, na virada do Real (1994/1995), a maioria dos bancos ganhou muito dinheiro especulando com o dólar. Os bancos de atacado, por serem mais agressivos nas operações de tesouraria, obtiveram grandes lucros e os bancos de varejo, por serem mais conservadores, ganharam menos.

Assim como no período do Plano Cruzado a expansão do crédito foi rápida e o próprio aprendizado da gestão daquele plano levou a que as Autoridades Monetárias tomassem medidas, a partir de 1995, no sentido de controlar a referida expansão.

Para se ter uma idéia do aperto de liquidez gerado com o crescimento do compulsório: em junho de 1994 havia um total de 13,5 bilhões de Reais sob a forma

de compulsórios variados, recolhidos no Banco Central e um ano depois estes somavam 50,7 bilhões de Reais, correspondendo a 30% do total dos ativos financeiros do país. Mesmo assim, o crédito bancário privado de curto prazo cresceu entre 94 e 95, conforme atesta a Tabela VII, chegando a ser responsável por 46,6% do total do ativo em 1994 e 44,1% em 1995. Estes dados nos mostram que, apesar do compulsório, que praticamente esterilizava os depósitos a vista, os empréstimos continuaram a crescer em 1995.

Tabela VII- Bancos Múltiplos e Comerciais – dados selecionados

	Em US\$ milhões					
	Jun 94	Dez 94	Dez 95	Dez 96	Dez 97	Dez 98
Créditos	88.420	143.582	163.364	157.941	133.962	121.465
Ativos	277.871	353.254	419.072	456.912	493.082	450.864
Depósitos	104.471	149.893	177.242	169.287	188.947	184.006
Patrimônio liq.	26.349	36.143	27.931	38.970	41.262	48.394

Fonte: SISBACEN, retirado de Puga (2.000)

Tendo em vista a perda dos vultosos ganhos de *floating*, em 1994 há um movimento de queda de rentabilidade, o que já era de se esperar, tendo em vista a necessidade de adaptação do setor. No entanto, a rentabilidade analisada sobre o patrimônio líquido dos bancos estava longe de ser considerada ruim, sendo superior à rentabilidade média das empresas não-financeiras. Apesar da drástica redução das receitas de *floating*, o resultado bruto da intermediação financeira em 95 foi apenas 11% inferior a 93.

A análise da receita de intermediação financeira dos 6 maiores bancos privados (Tabela VIII) nos permite verificar quais foram os principais responsáveis pela rentabilidade dos bancos no período 94-95. Os dados mostram que as Receitas de Operações de Crédito tiveram um papel fundamental no referido biênio, especialmente no ano de 1995. Além do mais, podemos destacar que também as Receitas de Prestação de Serviços desempenharam papel importante para a sustentação do nível de rentabilidade. Por outro lado, a análise da conta “Ganhos com Passivos sem encargos deduzidos das perdas com ativos não remunerados”, nos mostra o efeito da perda das receitas de *floating*. Esta conta apresentou, em 1995, uma queda de 93% com relação a 1993. Como se pode perceber, a mudança de composição das fontes de receita se verifica, de fato, em 1994, quando o total das operações de crédito destes 6 bancos cresceu 53%. No ano de 1995, estas cresceram mas a taxas decrescentes, quando comparadas às do ano anterior. Esta performance de crescimento também foi verificada para a totalidade dos bancos múltiplos e comerciais, conforme pode ser atestado pela Tabela VII.

Tabela VIII- Receitas de Intermediação Financeira dos 6 maiores Bancos Privados
(R\$ mil)

Receitas de intermediação financeira	1.993	1.994	1.995
Operações de crédito	4.134.186	6.616.948	13.848.619
Resultados op. Tít. e Val. Mobiliários	3.943.709	4.953.028	4.018.492
Ganhos c/ passivos s/ encargos - perdas c/ ativos não remunerados	5.111.911	3.531.858	343.938
Outras	1.359.265	1.035.177	876.039
Total	14.549.071	16.137.011	19.087.079

fonte: Conjuntura Econômica (junho/96)

Tabela IX- Bancos múltiplos privados – Principais contas do Passivo e sua participação sobre o total

Passivo	Dez 94	Dez 95	Dez 96	Dez 97	Out. 98
Obrigações e haveres financeiros	45,0	42,5	39,5	43,3	41,3
Depósitos Interfinanceiros	0,5	(1,5)	3,3	3,7	3,0
Obrigações por empresas. e repasses	4,4	10,0	5,2	3,6	4,0
Obrigações especiais	0,1	1,0	0,1	0,1	0,0
Obrigações por arrecadação	0,4	0,3	0,1	0,2	0,5
Obrigações externas	14,6	16,4	20,2	19,5	18,3
Obrigações cambiais	8,6	9,5	8,8	7,8	11,2
Obrigações pagamentos	2,1	2,2	2,2	2,1	1,7
Obrigações por valores a incorporar	6,1	0,8	0,7	0,6	0,4
Receitas Próprias	18,2	18,9	20,0	19,0	19,7
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir de Boletim do Banco Central (Suplemento estatístico)

Em termos da estrutura de captação (Tabela IX), cabe observar que houve um forte ingresso de recursos estrangeiros, tendo em vista o diferencial entre as taxas de juros em dólar praticadas no Brasil e no exterior. Até 97, estava claro o papel do endividamento através da alavancagem de recursos no exterior, sendo que esta opção foi fortemente efetuada pelos bancos estrangeiros. A partir do movimento destes, observa-se que o Sistema Bancário Privado captou recursos no exterior para repassá-lo no mercado doméstico (cobrando a variação cambial). Estas obrigações externas foram sendo destinadas às operações de desconto de letras de exportação, financiamentos do comércio exterior e aplicações em títulos e valores mobiliários (PUGA, 2000).

A *performance* referente ao crescimento do crédito, no entanto, não se manteve e a mudança da operacionalidade do setor pode ser apreendida pelo ajuste após a crise do México. A queda do ritmo de crescimento do país, resultante da adoção de uma política monetária ainda mais restritiva, articulada com a determinação de altos patamares de juros, afetou fortemente os devedores. O que se verifica é que, a partir da queda no crescimento, os devedores passam a ter cada vez mais dificuldade de saldar suas dívidas, por conta dos altos juros.

Os créditos em atraso e portanto a inadimplência, cresceram substancialmente, especialmente no segundo semestre de 1995, após os aumentos de juros e a queda do

nível de atividade que se seguiram à crise mexicana (PUGA, 1999).

Antes de ir adiante, destacamos que vários bancos que operavam desde os anos 80 apenas para ganhar com a inflação estavam ainda fragilizados pela perda do *floating*. Nestes bancos, a situação de arrefecimento da liquidez deixou-os ainda mais frágeis, sendo que a intervenção nos bancos Nacional e Econômico provocaram a perspectiva da instauração de uma crise bancária.

Evidenciou-se a fragilidade de algumas instituições financeiras que não conseguiram se adequar à nova realidade econômica de baixa inflação, dentre estas, vários bancos que haviam entrado no mercado a partir de 1988 apenas com o intuito de servir de balcão de aplicações. Para evitar uma crise de insolvência e para fortalecer o Sistema Financeiro Nacional, as autoridades governamentais implantaram os já citados PROER e PROES. A partir daí passa ocorrer o processo de encerramento de bancos e de fusões, já comentado acima. Assim, paralelo ao ajuste, inicia-se um movimento de redução de sedes bancárias.

O grande número de agências, que antes garantiam a captação fácil e barata de depósitos à vista, começa a diminuir, haja vista que com a inflação reduzida os custos de manutenção começaram a pesar. Até então, estes eram superados pelos ganhos com o *floating* inflacionário. É nesta esteira que entram os bancos estrangeiros, sendo importante destacar que a ajuda do Governo foi um elemento que influenciou no controle da crise bancária que se avizinhava. De qualquer forma, o que se percebe é que a partir da crise do México o perfil geral dos bancos foi no sentido do ajuste via redução do crédito. Como historicamente fizeram no Brasil, em momentos de aumento do risco do empréstimo, reduziram a oferta de crédito, flexibilizando suas aplicações em outros instrumentos capazes de continuar garantindo uma alta rentabilidade.

Logicamente esta postura só pode ser implementada se existirem estes instrumentos e o nosso ponto é o de que isto fica facilitado pelo perfil da dívida pública nacional e pelos movimentos que acabam sendo implementados pelo governo no intuito de assumir o ônus do ajuste. A partir de 1996 os créditos passam a decrescer (Tabela VII) e em outubro de 1998 eles representam 34,9% do ativo dos Bancos Múltiplos Privados (Tabela VI). Apesar da queda dos empréstimos e portanto a rentabilidade do setor bancário continuou permanecendo. No entanto, a fonte desta rentabilidade passa a mudar paulatinamente, indicando o ajuste dos bancos.

Tabela X – Resultado do Primeiro Trimestre (em R\$ milhões)

	Receitas Financ. internas		Receitas de Créditos		Receitas de Serviços		Prov. dev. Duvidosos	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997
Bradesco	3.068,3	1.727,3	2.161,8	917,8	264,5	351,6	811,6	165,4

Itaú	1.660,0	1.471,0	1.279,0	972,0	384,0	401,0	375,0	73,0
Unibanco	1.641,8	1.422,2	1.005,0	1.039,3	189,5	261,8	202,5	261,7
Real	999,9	609,3	709,3	325,5	92,7	118,6	130,2	-3,3

fonte: Balanço de bancos

Este movimento pode ser inferido pela análise das receitas de 4 grandes bancos brasileiros no período 96/97 (Tabela X). Entre o primeiro trimestre de 1996 e 1997 houve uma queda nos juros. Neste período a taxa média das operações interbancárias caiu de 32%aa para 22% aa. Por conta da queda da oferta de crédito e das taxas de juros, entre 1996 e 1997 houve uma queda na receita obtida com operações de crédito. Paralelamente, houve um crescimento da receita de serviços, só que esta não teve um aumento significativo, ocorrendo também uma redução das despesas com provisões para devedores duvidosos, tendo em vista a queda na receita de intermediação financeira resultante dos fatos acima. O movimento mais importante em termos da rentabilidade dos bancos, no entanto, teve a ver com o retorno das aplicações e negociações com títulos e valores mobiliários.

Verificamos que os bancos mantiveram os seus lucros graças a estas mudanças de direcionamento do ativo. Na verdade, o que ocorreu foi um ajuste, dada a histórica aversão ao risco do Sistema bancário. Houve um impacto negativo sobre o crescimento do crédito e um paralelo aumento nas aplicações com títulos e valores mobiliários, movimento que também não é novo. A lógica é, como sempre, a da busca de altos ganhos especulativos. A perspectiva do setor é a de que sempre estava posta (como sempre esteve) a indicação de que o Estado arcaria com o ônus da perda em momentos de mudanças dos indexadores. Mais uma vez esta perspectiva se confirmou. Vejamos.

Se formos analisar o movimento do Ativo dos Bancos múltiplos privados (Tabela VI) podemos verificar que houve forte expansão das aplicações em títulos e valores mobiliários, movimento puxado pelos títulos públicos em carteira, que triplicou no período 94/98 (De PAULA, ALVES JR & MARQUES, 2.000). Isto se deveu à manutenção dos altos patamares de juros ofertados por estes títulos e que passaram a oferecer correção pós-fixada e cambial após a crise da Ásia. Destaque-se que a oferta de títulos cambiais na ocasião se efetuou justamente com o intuito de oferecer *hedge* aos que tinham passivos em dólares, dentre os quais estava o Sistema Bancário.

Na verdade, os bancos já estavam utilizando os contratos futuros de DI e dólar na BM&F para proteger os clientes contra as oscilações dos juros e taxa de câmbio.

Os Bancos carregaram também os títulos públicos cambiais aparentemente para se proteger da desvalorização cambial que estava por vir indubitavelmente.

Analisando mais detidamente, podemos perceber que, em dezembro de 1998, o Sistema Bancário tinha obrigações externas no valor de US\$ 65,5 bilhões. Isto, não só protegeu o Sistema Bancário da desvalorização cambial, como também foi fonte de altíssimos ganhos no início de 1999. O ônus da garantia da alta lucratividade e da inexistência de perdas para um sistema que continua não cumprindo seu papel de intermediação, como sempre, coube em grande parte ao Estado.

O papel de intermediação, como vimos, decresceu paulatinamente. Ademais, a oferta de créditos só se efetiva a partir da cobrança de patamares altíssimos de *spreads* bancários. Assim, o que estamos querendo indicar com a análise da performance agregada do Setor é que a lógica da operacionalidade do setor continua basicamente a mesma, ainda que se tenha perdido o ganho via *floating*. A expansão dos empréstimos logo após o Plano Real, a nosso ver, não se configurou como uma indicação de que o sistema fosse assumir posturas mais arriscadas. O que queremos destacar é que o ajustes se deram pela linha de menor resistência, sendo que permaneceu a lógica da aceitação da cobrança de altíssimos *spreads* articulados com a atuação solidária do Estado, que ofereceu o *hedge* necessário em momentos de instabilidade, assumindo o ônus das perdas e garantindo a manutenção de alta rentabilidade para o setor em seu conjunto.

3) Considerações acerca do caráter da mudança estrutural que está em curso

A nossa hipótese é a de que estamos assistindo a uma mudança de configuração da Estrutura de Financiamento Nacional, que começa a apresentar alguns traços que não estavam presentes anteriormente. No que tange ao desenho do Sistema Financeiro, objeto de nosso estudo no momento, indicamos que a legislação de 1988 não mudou significativamente a operação do Sistema, iniciando uma mudança na regulamentação, na medida em que, além de legalizar os bancos múltiplos, permite a entrada de novos bancos no mercado.

Em termos das mudanças institucionais que se estabelecem após a estabilização, articulada à abertura financeira; podemos constatar que há um forte movimento de concentração dos bancos, o que não é uma novidade no Brasil. A

questão nova é que esta concentração está se dando a partir de uma mudança de propriedade dos bancos, com maior participação dos bancos estrangeiros e menor participação de bancos estaduais. Para nós este é um dos pontos centrais da nova configuração do Sistema de Crédito e indica, efetivamente, uma mudança estrutural. A maior participação de bancos privados, especialmente de estrangeiros, se articula à adoção de novas práticas financeiras, na medida em que os últimos têm vantagens em trabalhar em um mercado que atuam com alavancagem multifuncional de recursos, securitização, desregulamentação e forte aproximação entre mercado de créditos de capitais.

Há que se observar que os pontos tratados são apenas uma parte da análise desta nova configuração, que abarca também a nova organização do financiamento agrícola, do financiamento à infraestrutura, etc. A nossa indicação é a de que o novo desenho que está começando a se apresentar, juntamente com a consideração de que parte da alavancagem de recursos não passará mais pelo mercado de créditos são elementos importantes para considerar que está em curso a montagem de uma nova estrutura de financiamento para o Brasil.

No entanto, apesar de considerar este movimento, o que estamos querendo observar é que o caminho desta nova conformação é conservador, no sentido de que estes ajustes não indicam uma reforma no sentido de que haja uma assunção, pelo setor privado, da expansão da alavancagem de recursos, especialmente de prazos mais alongados e com juros mais baixos. A lógica do ajuste do Sistema Bancário após a queda da inflação e após as recentes crises financeiras (Ásia e Rússia) nos indicam que a lógica de operação do sistema continua privilegiando a especulação em detrimento da oferta de crédito. Sem dúvida o ingresso destes bancos aumenta a concentração bancária e leva a uma maior busca de “eficiência”, no sentido entendido pelo mercado, ou seja o de se trabalhar com custos operacionais mais baixos. Os bancos estrangeiros que entraram já vem demonstrando este movimento. No entanto, destacamos que os bancos estrangeiros ingressantes já estão desenvolvendo essencialmente a mesma lógica dos bancos privados nacionais, contrariando o discurso daqueles que advogam a favor de que estes bancos poderiam trazer vantagens tais como a redução de taxas de juros e expansão do volume de empréstimos em condições mais atraentes..

Nossa hipótese é de que os bancos estrangeiros não vão aumentar o volume de crédito a um custo reduzido, devido a características peculiares da Estrutura de

Financiamento Nacional. De um lado, temos o mercado de títulos públicos oferecidos pelas autoridades monetárias, que garante aos aplicadores grande rentabilidade, sem riscos numa lógica de aplicação de curto prazo. De outro lado, temos a continuidade da garantia de ganhos especulativos em momentos de disrupção, na medida em que o Estado continuou assumindo o ônus das possíveis perdas decorrentes da mudança de sinal dos indexadores. Além do mais, há ainda a possibilidade de se ganhar com arbitragens de juros e cambio. Com a possibilidade de atuar em um mercado tão vantajoso, como é o mercado de títulos do Brasil e o de divisas, indicamos que os bancos estrangeiros continuarão atuando como os bancos brasileiros, ou seja: continuarão aderindo às práticas bancárias brasileiras e terão altos ganhos especulativos em detrimento da oferta de empréstimos ao setor privado, a baixo custo. Aliás, já é este movimento que se está observando.

Mantida a concentração e o poder do sistema em cobrar altos *spreads*, mantidas as condições que permitem aplicações em títulos públicos que ofertam altos juros e baixo risco; mantida a garantia implícita de o Estado agir como garantidor do sistema em momentos de dificuldades mais graves, os bancos estrangeiros dificilmente irão aumentar a alavancagem de recursos de uma forma diferente da apresentada pelos bancos nacionais.

Dependendo das circunstâncias eles nortearão suas estratégias, afetando negativamente a oferta de crédito, sem “contribuir” para o crescimento econômico. Isso ocorre pela própria lógica especulativa que os agentes financeiros possuem e pela possibilidade de ganhos alternativos que não se dão necessariamente pela oferta de crédito (especialmente o de longo prazo).

O alargamento de prazos está fora desta configuração tanto para o caso dos bancos nacionais privados quanto para os estrangeiros. Por outro lado, o lançamento de títulos de dívida direta nos mercados internacionais de capitais não pode ser visto como a resposta a esta questão, tanto porque dependem das expectativas dos mercados internacionais, como porque apenas empresas de maior porte tem acesso a esta modalidade de empréstimo. Neste sentido, o papel dos Bancos de Desenvolvimento públicos continua sendo, a nosso ver, importante. Estudos indicam que os mesmos apresentam uma *performance* e grau piores de “eficiência”. Mesmo considerando a necessidade de ajustes e de uma nova mentalidade e operacionalidade a presidí-los, cabe observar que a lógica de análise do comportamento de um banco

público não pode absolutamente ser a mesma de um banco privado.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, N. (1994) Limites Estruturais à Política Econômica Brasileira nos Anos 80/90. Tese de doutorado apresentada ao IE/Unicamp.
- ALMEIDA, J. S. G. - et alli (1987). Evolução e impasses do crédito, relatório de pesquisa vinculado ao projeto: Financiamento da Economia e Sistema Financeiro no Brasil. São Paulo: IESP/FUNDAP
- CORAZZA, G. (2000). "Crise e reestruturação bancária no Brasil". Anais do XXVIII Encontro da Anpec. Campinas
- CORRÊA, V. P. (1985). Concentração e lucratividade nos bancos. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Economia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.
- _____. (1996). A estrutura de financiamento nacional e o financiamento de longo prazo ao investimento. Tese de doutorado apresentada ao IE/Unicamp.
- DE PAULA, L. F. R.; ALVES JR, J. A. & MARQUES, M. B. L. (2000) "Ajuste Patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real". Anais do V Encontro da SEP.
- FREITAS, M. C. P. (1999) "A Ampliação Recente da Participação Estrangeira no Sistema Bancário Brasileiro". Anais do IV Encontro Nacional de Economia Política da SEP, junho/1999.
- FERREIRA, C.K.L. (1993). "Custos de capital, condições de crédito e competitividade: instituições oficiais de crédito, financiamento de longo prazo e mercado de capitais". Documento da pesquisa -
- GAZETA MERCANTIL (1997). "Bancos reduzem provisões e mantêm lucros". 19/5.
- MALLMANN & RABI Jr. (1996). "O setor bancário no Brasil - concentração e economias de escala (lições do passado e as atuais tendências)". Conjuntura Econômica, especial, dezembro.
- MENDONÇA de BARROS, L.C. (1993). "Moeda indexada, uma experiência brasileira". Economia e Sociedade, n. 2, agosto.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R. & ALMEIDA Jr., m. F. (1997). "Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil." Brasília, Política Comparada, ano I, vol I n. 2
- MONTORO FILHO, A.F. (1982). "Moeda e Sistema Financeiro no Brasil". IPEA/INPES, (mimeo).
- PUGA, F. P. (1999) Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. BNDES (mimeo)
- TAVARES, M. C. (1983) "O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente". In: L.G. Belluzzo e Renata Coutinho (org.) Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise - vol. II. São Paulo: ed. Brasiliense.
- _____. (1993). "As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência" In: Maria da Conceição Tavares e José Luis Fiori (orgs.), Desajuste global e modernização conservadora. São Paulo: Ed. Paz e Terra .
- TEIXEIRA, N. G. (1998) "Evolução Institucional da Intermediação Financeira no Brasil: das casas bancárias aos bancos múltiplos". III Congresso dos Economistas da Língua Portuguesa. Macau, junho/1998. www.prossiga.br/nuca_ie_ufrj/economia
- BACEN (1999) . "Juros e Spreads Bancários no Brasil", Banco Central do Brasil, outubro/1999. Site do Banco Central: <http://www.bacen.gov.br>
- JUROS E SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL (2000), "Avaliação de um ano do projeto", novembro de 2000. Site do Banco Central: <http://www.bacen.gov.br>
- VASCONCELOS, M. R., STRACHMAN, E. & FUCIDJI, J. R. (2000). "Transformações Mundiais do Setor Bancário". Algumas Lições para os Países em Desenvolvimento. Anais da III Jornada de Economia Política. Campinas

